TRIBUNAL DE NUREMBERG: a relação com o Direito Internacional Público e a problemática da (i)legalidade e da (in)justiça

NUREMBERG COURT: the connection between the Public International Law and the problem of (i)llegality and (in)justice

Ana Luisa de Figueiredo Guimarães^{*}
Bruna Reis Vilaça de Jesus^{**}
Ester Moraes D'Avila^{***}
Laura Guimarães Borges Silva^{****}

RESUMO

O objetivo desse artigo é realizar um estudo sobre o Tribunal de Nuremberg, relevante após as consequências da Segunda Guerra Mundial e da ideologia nazista, tendo como base um estudo multidisciplinar a partir do Direito Internacional Público e obras cinematográficas, como diversos filmes relacionado a temática do presente estudo, a exemplo, “A Lista de Schindler”, “O Menino do Pijama Listrado” e “O Diário de Anne Frank”. O Tribunal de Nuremberg pode ser considerado como um tribunal de exceção, sendo que este abriu precedentes para os Tribunais Internacionais, os quais viriam a surgir nos anos subsequentes e a proteção e garantia dos Direitos Humanos. Pode-se perceber que esse tribunal foi uma iniciativa conjunta das nações vencedoras da Segunda Guerra, a fim de garantir o julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos nesse período. Nesse sentido, esse estudo visa a análise das particularidades desses julgamentos, quais sejam, a medida da justiça e da parcialidade nas decisões proferidas pelo Tribunal supramencionado, bem como o caso do julgamento de Adolf Eichmann, para compreensão da competência dos julgamentos, até mesmo por serem crimes além das fronteiras de uma única nação, situações que podem ser compreendidas também a partir da obra cinematográfica “Operação Final”. Percebe-se que, embora seja possível observar os importantes avanços oriundos do Tribunal de Nuremberg e sua contribuição no plano do Direito Internacional Público, como a influência no que se entende hoje como Organização das Nações Unidas (ONU), tem-se, também críticas, sobre a forma que este foi realizado e a existência em caráter de exceção.

Palavras-chave: Direito Internacional Público. Tribunal de Nuremberg. Adolf Eichmann. Parcialidade e Justiça.

Artigo submetido em 24 de setembro de 2021 e aprovado em 27 de janeiro de 2022.

* Graduada do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: analuisafigueiredo@outlook.com.

** Graduada do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: brunaahreis2@gmail.com.

*** Graduada do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: estermoraess07@gmail.com.

**** Graduada do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: lauragborgess@gmail.com.

ABSTRACT

The aim of this article is to conduct a study on the Nuremberg Court, relevant after the consequences of World War II and Nazi ideology, based on a multidisciplinary study based on public international law and cinematographic works, as several films related to the theme of this study, such as "Schindler's List", "The Boy in the Striped Pajamas" and "The Diary of a Young Girl". The Nuremberg Court can be regarded as an exception court, which has set precedents for the International Courts which would arise in subsequent years and the protection and guarantee of human rights. It can be seen that this court was a joint initiative of the winning nations of World War II, in order to ensure the trial of those responsible for the crimes committed during this period. In this sense, this study aims to analyze the particularities of these judgments, which are the measure of justice and partiality in the decisions given by the Court above, as well as the case of the trial of Adolf Eichmann, to understand the competence of trials, even because they are crimes beyond the borders of a single nation, situations that can also be understood from the cinematographic work "Operation Finale". It is noted that, although it is possible to observe the important advances arising from the Nuremberg Court and its contribution to public international law, such as the influence on what is understood today as the United Nations (UN), there is also criticism about the form that was carried out and the existence as an exception.

Keywords: International Public Law. Nuremberg Court. Adolf Eichmann. Partiality and Justice.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Internacional Público tem como uma de suas bases a proteção dos Direitos Humanos, consubstanciado no apoio entre nações, tendo em vista os inúmeros conflitos que os países adentram ao longo da história. É nesse contexto que, a partir das consequências da Segunda Guerra Mundial, interveio a necessidade de criação de um Tribunal que ultrapassasse os limites territoriais de uma nação, conforme será demonstrado ao longo do presente estudo. Nesse sentido, afirma PIOVESAN (2012):

Nasce ainda a certeza de que a proteção dos direitos humanos não deve se reduzir ao âmbito reservado de um Estado, porque revela tema de legítimo interesse internacional. Sob esse prisma, a violação dos direitos humanos não pode ser concebida como questão doméstica do Estado, e sim como um problema de relevância internacional, como legítima preocupação da comunidade internacional. A necessidade de uma ação internacional mais eficaz para proteção dos direitos humanos impulsionou o processo de internacionalização desses direitos, culminado na criação da sistemática normativa de proteção internacional, que faz possível a responsabilização do Estado no domínio internacional quando as instituições nacionais se mostram falhas ou omissas na tarefa de proteger os direitos humanos. (PIOVESAN, 2012, p. 185).

Nesse sentido, o Tribunal de Nuremberg representou uma primeira tentativa das nações de se unirem em prol dos julgamentos dos crimes cometidos no período da Segunda Guerra Mundial. Foi um grande marco que influenciou o Direito Internacional Público a partir de então, bem como a discussão acerca dos Direitos Humanos.

Com isso, atualmente, a fim de garantir esses Direitos Humanos, tem-se uma perspectiva ampliada dos Tribunais Internacionais, que vai além dos limites territoriais e dos conflitos ocasionais que ocorreram e podem vir a ocorrer, alega ARENDT (2013, p. 317) que se tratava de um “sistema legal dominante e os conceitos jurídicos em uso eram inadequados e

insuficientes para avaliar o que ela denominou por massacres administrativos". Essa perspectiva também é um dos objetivos das Organizações das Nações Unidas (ONU), de grande relevância no cenário internacional na atualidade.

Por fim, a fim de complementar os presentes estudos, com fulcro no Tribunal de Nuremberg e suas consequências, será analisado o julgamento de Adolf Eichmann, no Tribunal de Israel, o qual pode ser considerado como outra forma de julgar os autores dos crimes praticados durante o período supramencionado.

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ESTRUTURA DO TRIBUNAL DE NUREMBERG

Após compreender os Tribunais Internacionais e a importância quanto ao Direito Internacional Público, é de suma importância se ater, especialmente, ao Tribunal de Nuremberg, imprescindível no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial.

Ao fim da guerra, percebeu-se a necessidade de julgar aqueles que cometeram crimes durante o período entre 1939 a 1945, pois não deveria haver impunidade frente aos atentados aos Direitos Humanos ocorridos. Segundo BACHVAROVA (2013):

(...) a questão do que fazer com a Alemanha foi fundamental para a reconstrução do pós-guerra e a estabilidade europeia; seus crimes expostos e sua ideologia denunciada deveriam servir para sinalizar um novo começo para se erguer mais uma nova ordem mundial baseada num sentido mais amplo do direito humanitário internacional na sequência dos horrores da guerra total e do genocídio dos judeus europeus. (BACHVAROVA, 2013)

Nesse sentido, os países aliados, quais sejam, Reino Unido, França, Estados Unidos e União Soviética, criaram o Tribunal de Nuremberg, sendo os magistrados exclusivamente composto pelos juízes dessas respectivas nações. Nas palavras de BAZELAIRE; CRETIN (2004):

É composto por quatro membros. Cada país aliado envia um titular e um suplente com a missão de garantir um processo e uma punição justos e rápidos para os principais criminosos de guerra nazistas. Os juízes não são contestáveis e cabe a cada signatário dos acordos substituir o juiz e o seu suplente no caso de problema de saúde. A presidência é assegurada sucessivamente pelas quatro potências, seja por acordo interno no tribunal, seja por voto da maioria de pelo menos três juízes. As decisões são tomadas pela maioria e, no caso de empate, o voto do presidente é decisivo. (BAZELAIRE; CRETIN, 2004, p. 260)

O julgamento dos réus se deu em 09 de dezembro de 1946, e, dentre os vinte e três em julgamento, vinte deles eram médicos, os quais realizaram experimentos em judeus, ocasionando um número de morte considerável. Nesse sentido afirma COSTA JUNIOR (1999):

Na Alemanha Nazista, os médicos alemães planejavam e promulgavam programas em favor da "Eutanásia" e o sistema de morte para aqueles considerados "improdutivos para a vida". Entre as vítimas, incluíam-se os retardados mentais, os doentes mentais em instituições e os fisicamente prejudicados. Durante a Segunda Guerra Mundial, os médicos alemães conduziam experimentos da medicina pseudocientífica utilizando-os em centenas de pessoas dentre os prisioneiros dos campos de concentração sem seus consentimentos. Muitos morreram ou ficaram permanentemente aleijados com os resultados. Muitas das vítimas eram Judeus, Poloneses, Russos, Romanos e Egípcios. (COSTA JUNIOR, 1999)

Assim, dentro os sentenciados, tem-se que dezesseis foram declarados culpados, com sete penas de morte e cinco prisões perpétuas. No entanto, surpreendentemente, frente à parcialidade do tribunal na sua composição, sete foram absolvidos.

Nesse sentido, o julgamento perpassou o prazo de 8 (oito) meses, de forma que as sentenças, já referidas, se deram em agosto de 1947, ou seja, quase 2 (dois) anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e do colapso do nazismo, em prol das milhares vítimas dessa forma política que vigorou na Alemanha. Não apenas, a partir do julgamento, foi publicado o “Código de Nuremberg”, que propunha disposições internacionais para realização dos experimentos científicos em seres humanos, a fim de evitar novas tragédias e ofensas aos Direitos Humanos básicos, inerentes a qualquer indivíduo.

Logo, o Tribunal de Nuremberg foi de suma relevância para buscar justiça às vítimas da guerra e do preconceito nazista, o qual retirou o caráter de humanidade dos judeus, transformando-os em monstros, que deveriam ser mortos sob a perspectiva de prevaência de uma raça superior¹. A seguir, no entanto, será analisado o critério de imparcialidade e justiça neste Tribunal, para fins de compreensão do direito vigente à época.

3 DISCUSSÃO SOBRE PARCIALIDADE E JUSTIÇA ACERCA DO TRIBUNAL DE NUREMBERG

Como destacado, o Tribunal de Nuremberg foi criado como uma forma de responsabilizar os líderes nazistas pelas barbáries cometidas durante o período bélico, e de demonstrar às outras nações que poderia haver a criação de um Tribunal para julgamento de tais crimes, mesmo que em caráter de exceção. Nesse quesito, foi alvo de críticas já que, segundo o princípio da anterioridade, presente em grande parte de todos os ordenamentos jurídicos existentes mundialmente, não se pode punir alguém sem lei anterior que o defina como crime. Nesse sentido, afirma WELZEL (2000):

O princípio da anterioridade, expresso na palavra anterior, impõe que a entrada em vigor de lei penal incriminadora seja anterior ao fato, conseqüentemente vedando-se que alguém seja apenado se no momento da ação esta não era tipificada, e que o autor seja prejudicado com o agravamento, quantitativo ou qualitativo, da pena por lei posterior ao fato. (WELZEL, 2000, p. 51).

A imposição de um tribunal de exceção levantou discussões a respeito da legalidade do julgamento já que, em tese, o mundo nunca havia visto um Tribunal Penal Internacional, e que este poderia impor sanções e ter força de lei sobre crimes que já haviam sido cometidos antes mesmo de sua criação. Nesta ótica, a principal crítica foi que se tratava de um julgamento de viés político, posto que foi realizado julgamento dos vencedores em face dos vencidos, o que poderia empregar parcialidade ao julgamento. Sendo assim, as sanções que condenavam a pena de morte à maioria dos líderes nazistas foram relevantemente questionadas pela comunidade internacional.

Apesar deste fundamento criticado, os responsáveis pelo julgamento definiram que seria este dotado de imparcialidade, sendo possível que os réus tivessem garantido sua ampla defesa e contraditório. Porém, assim como demonstrado no filme “O Julgamento de Nuremberg” (2000), durante o julgamento foi vedado que os réus obtivessem defesa técnica de advogado alemão ou que apoiasse o regime nazista.

Ocorre que é necessário se questionar, seria o Tribunal de Nuremberg a única forma de julgar os crimes nazistas? Trata-se de discussão relevante para análise da justiça das sanções,

---

¹ No próprio filme “Jojo Rabbit” (2019) mostra-se isso, ou seja, na perspectiva de uma criança, é demonstrada a ideologia nazista e como se dá a sua influência, sem racionalidade. Nesta ideologia sem fundamento, judeus são inferiorizados a ponto de serem igualados a ninguedade. Porém, ao perceber o lado brutal do nazismo, por meio do entendimento de uma criança, tornar-se nazista deixa de ser uma realização, para um crime.

uma vez que os criminosos poderiam ser julgados também por outra forma, a qual será tratado no Caso de Adolph Eichmann, no tópico subsequente.

A medida da justiça social estabelecida por John Rawls parte do preceito do “véu da ignorância”, ou seja, para que seja possível analisar algum fato deve-se estar pautado na ignorância, sem qualquer influência externa que possa interferir na maneira de lidar com a situação. Assim, será possível entender a sociedade a partir de um ponto imparcial e sem pré-julgamentos. Nesse sentido explica FURLAN (2002, p. 9) que “a visão de Rawls parte da concepção de fairness ou fair play que clama por uma justiça estabelecida através de um jogo limpo, imparcial (justice fairness)”.

Logo, para que seja possível entender a proposta de Rawls, deve-se basear no indivíduo que deixe de lado qualquer percepção de seu contexto social e busque compreender a situação de forma imparcial, sem objetivar tirar qualquer vantagem.

Embora o questionamento sob o caráter de exceção, o Tribunal de Nuremberg foi necessário no contexto de guerra, para fins de julgamento dos crimes cometidos. Conforme verificado nas obras cinematográficas, como o Diário de Anne Frank (2016), Jojo Rabbit (2020), A Lista de Schindler (1993), e o Menino do Pijama Listrado (2008), tem-se demonstrado o sofrimento que o povo judeu passou e a percepção de como essa ideologia nazista não abarcou todos os cidadãos, pois muitos deles se colocavam em risco para amparar os judeus neste período de dificuldade.

Trata-se de uma realidade em que os judeus eram escondidos em porões, mortos sem qualquer preocupação de estar destruindo uma família, matando a sangue frio crianças, separando familiares, por, apenas, acreditar ser uma raça inferior. Não apenas, era uma ideologia considerada comum, ou seja, se qualquer alemão se opusesse, iria sofrer as consequências. Dessa forma, julgar esses crimes representa, pelo menos, uma justiça às vítimas.

Porém, é perceptível a inobservância dos princípios que regem as normas penais, tais como, o princípio da legalidade e da imparcialidade. Segundo NETO (2017):

Alguns princípios foram certamente violados em nome de outros considerados de mais valor na ocasião e frente aos casos concretos. Obviamente, foi concretizada a “justiça dos vencedores”, porque outros crimes da mesma ordem praticados pelos vitoriosos não foram julgados com o mesmo fundamento, com a justificativa de praticados sob o amparo da legítima defesa. (NETO, 2017)

Nesse sentido, cumpre ressaltar que os crimes punidos foram aqueles cometidos pelas partes perdedoras do conflito mundial, sendo que até os magistrados eram definidos pelos aliados. No entanto, não há como afirmar que os aliados não cometeram delitos nos anos que a guerra ocorreu, mas neste contexto, os atos da parte vitoriosa foram considerados como legítima defesa, que é uma exclusão de ilicitude. Assim, na prática, poderia se aduzir que os aliados não cometeram qualquer crime.

4 JULGAMENTOS DE PERPETRADORES DO NAZISMO FORA DO TRIBUNAL DE NUREMBERG

Os julgamentos em Tribunais tiveram um papel importante nos esforços de restauração da paz diante de um conflito internacional, em especial, no que se tratava da Segunda Guerra. Ademais, o conhecimento acerca de muitas das atrocidades cometidas se tornou, em grande parte, notório após a apresentação de provas em muitos desses julgamentos, que desempenharam grande função no chamado processo de “desnazificação da Alemanha”.

No ano de 1943, a Declaração de Moscou foi assinada pelos Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha, a qual tratava das atrocidades cometidas pelo Governo Alemão, declarando que, ao cessarem os conflitos, os alemães responsáveis seriam enviados aos países

onde os crimes foram cometidos e julgados conforme as leis locais, ou punidos de acordo com decisões conjuntas dos Governos Aliados, caso os crimes não pudessem ser atribuídos a nenhuma região geográfica específica.

Já ao fim da Segunda Guerra Mundial, teve início a discussão acerca do julgamento de líderes e outros nazistas pelos crimes cometidos durante aquele período, chegou-se a cogitar a execução sumária dos nazistas. No entanto, com o término de guerra e os horrores do holocausto, a percepção tornou-se a de que a execução sumária soaria como uma vingança dos vencedores de guerra, repetindo-se a barbaridade praticada durante o regime nazista. Assim, a ideia de um Tribunal ganhou força.

Dessa forma, em agosto de 1945, por meio da Carta de Londres ou Carta de Nuremberg, os quatro aliados, Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética e França, foi estabelecido o Tribunal Internacional Militar em Nuremberg, na Alemanha. Era, então, um Tribunal de Exceção, onde seriam julgados os grandes nomes do regime, tendo sido estes nazistas capturados ou que se renderam ao final da guerra. O Tribunal possuía jurisdição para julgar crimes de guerra, crimes contra a paz e crimes contra a humanidade. O Tribunal de Nuremberg realizou, além do mais famoso julgamento de 22 importantes autoridades alemãs, mais de 12 julgamentos chamados Processos Subsequentes de Nuremberg, conduzidos por tribunais militares dos Estados Unidos.

No entanto, nem todos os criminosos nazistas foram julgados pelo Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, na Alemanha. Nos anos que se seguiram ao fim da guerra, as potências aliadas que passaram a ocupar o país, cada qual dentro de seu território de ocupação, realizaram uma variedade de julgamentos de réus criminosos de guerra, sendo estes, em sua maioria, oficiais nazistas de baixa patente e funcionários. Os Tribunais alemães estavam autorizados a julgar crimes contra a humanidade praticados durante a Segunda Guerra Mundial por cidadãos alemães contra outros cidadãos alemães ou apátridas na Alemanha.

Além dos julgamentos no tribunal supramencionado, outras nações ocupadas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial julgaram perpetradores do nazismo, fossem eles alemães ou, ainda, cidadãos de seus próprios países que colaboraram com o regime. Alguns ocorreram antes mesmo do fim da guerra. Entre estas nações estão a União Soviética, França, Polônia e Hungria.

Porém, com a Guerra Fria, na década de 1950, o número de julgamentos de perpetradores do nazismo diminuiu, uma vez que a atenção das nações estava voltada para o contexto internacional da época. Muitos, anteriormente condenados, não tiveram suas condenações efetivadas, e acabaram por ser postos em liberdade, ou sequer chegaram a ser presos.

Um dos julgamentos pós-guerra mais famoso ocorreu em 1961, no Estado de Israel, contra Adolf Eichmann, executor dos planos de deportação e extermínio dos judeus. Nessa ocasião, os crimes contra os judeus, que estavam fora de foco de muitos outros julgamentos, ganharam enfoque mundial, criando-se uma maior consciência, em nível internacional, acerca do holocausto, e também para o fato de que muitos nazistas viviam foragidos em países fora da Europa, como era o caso de Eichmann, que viveu por anos na Argentina.

Com a maior compreensão acerca da dimensão causada pelo nazismo, ainda no século XX, diversas nações passaram a se empenhar na busca e investigação de criminosos nazistas que vivem dentro de suas fronteiras, o que segue até os dias atuais.

O que se pode concluir, é que, mesmo fora do Tribunal de Nuremberg, os julgamentos dos crimes nazistas estabeleceram precedentes jurídicos, como o reconhecimento dos crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, como crimes de direito internacional pela Organização das Nações Unidas, que trabalha para prevenir e combater o genocídio. Ademais, o Tribunal Militar Internacional gerou precedente para outros tribunais especiais que julgaram atrocidades cometidas contra diferentes povos de diferentes nações. **5 O**

5 CASO DE ADOLPH EICHMANN: AS PARTICULARIDADES DE SEU JULGAMENTO

Como visto anteriormente, pode-se dizer que um julgamento teve destaque diante de todos aqueles que não foram realizados perante o Tribunal de Nuremberg: o julgamento de Adolf Eichmann, este foi um dos executores do holocausto. Quando a Segunda Guerra Mundial teve fim, ele escapou e se manteve foragido até o ano de 1960, quando o serviço de inteligência israelense, Mossad, o capturou em Buenos Aires, na Argentina. Então, foi julgado em Israel, na cidade de Jerusalém, pelos crimes cometidos por ele durante a guerra.

Eichmann era um nazista conhecido por ser um burocrata, que cumpria as ordens designadas a ele sob um senso de dever, chefe do Departamento de Questões Judaicas, sendo responsável por coordenar o transporte de pessoas, entre elas judeus, aos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Membro do Serviço de Segurança (SS), e do Serviço de Inteligência do Partido Nazista (SD), braço de segurança do regime nazista, Eichmann coletava todo item de inteligência sobre qualquer inimigo, tendo sido parte fundamental não apenas dos planos de deportação forçada, como também de extermínio do povo judeu, o que mais tarde ficaria conhecido como holocausto.

Ao final da guerra, com a derrota do exército alemão, Adolf Eichmann passou anos foragido dentro do próprio território Alemão, enquanto outros nazistas eram julgados no Tribunal de Nuremberg. Com a falsificação de diversos documentos, Eichmann conseguiu escapar e enganou as autoridades para que acreditassem que já não se encontrava na Alemanha. Chegou-se a acreditar por um período que ele poderia até mesmo estar morto, porém, o nazista, utilizando identidades falsas, percorria toda Europa.

Até que em 1950, sob o nome de Ricardo Klement, Adolf Eichmann, com a ajuda de membros do Serviço de Segurança nazista, conseguiu fugir para Buenos Aires, Argentina, que na época era governado por Juan Perón, simpatizante do nazismo. Em 1952, a esposa de Eichmann juntamente com seus filhos, se juntaram a ele no país. Eles viviam uma vida simples e comum. Devido ao fato de haver um grande número de fugitivos nazistas na Argentina, Eichmann ainda se cercava de pessoas que compartilhavam da mesma mentalidade. Boa parte do alto escalão conseguiu escapar da Europa, por meio de esquema conhecido como “Linhas de Rato”, para a América do Sul, principalmente para a Argentina.²

O governo Alemão estava ciente da nova vida de Eichmann na Argentina, uma vez que sua esposa, enquanto ainda vivia na Europa, utilizava meios legais para se comunicar com ele, no entanto, não se sabe porque a Alemanha não agiu perante ao fato. Da mesma forma, em 1958, o governo Americano foi alertado que Eichmann estava vivendo na América do Sul, mas se recusaram a se envolver, tendo em vista a insuficiência de recursos para investir nessa questão, devido ao fato de estar envolvido na Guerra Fria durante aquele período.

O caso passou a ter sua reviravolta quando Lothar Hermann, judeu que havia conseguido escapar da Alemanha para Buenos Aires, em 1938, e estabelecer uma nova vida como refugiado de guerra, passou a suspeitar de que o namorado de sua filha, Silvia Hermann, era filho de Adolf Eichmann. Hermann havia sobrevivido a campos de concentração, mas acabou por perder completamente sua visão, em função dos danos causados pela tortura que sofreu em Dachau.

Ciente dos julgamentos de nazistas que estavam ocorrendo na Europa, Lothar Hermann entra em contato com o juiz Fritz Bauer por meio de uma carta, e informa suas suspeitas acerca do paradeiro de Adolf Eichmann. Com a confirmação de que Eichmann vivia em Buenos Aires, Bauer contactou o Mossad, Serviço Secreto do Estado de Israel, ao invés de notificar o governo Alemão, pretendendo ter a certeza de que Eichmann seria pego de surpresa.

---

² WEIRD HISTORY. The Story Behind the Hunt for Adolf Eichmann. 02 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TfItmHvjvX4>. Acesso em: 18 set. 2021.

Tem início uma operação secreta, conhecida como Operação Final³, com o objetivo de capturar o oficial nazista Adolf Eichmann e leva-lo à julgamento. Agentes do Mossad vão à Argentina e começam a seguir, cuidadosamente, os passos de Eichmann, até que no dia 11 de maio de 1960, conseguem capturá-lo e levá-lo ao esconderijo onde se estabeleceram em Buenos Aires, e ali é confirmada sua identidade.

Importante ressaltar que não havia qualquer interesse do Mossad em trabalhar com o governo Argentino para a captura⁴ de Adolf Eichmann, sabendo que o abrigaram por tantos anos. Dessa forma, estabeleceram um plano para sequestrá-lo e secretamente tirá-lo do país.

Foi necessário que os agentes do Serviço Secreto de Israel esperassem nove dias para que pudessem embarcar em um avião, o El Al, enviado com o pretexto de ir ao país para as comemorações dos 150 anos da independência da Argentina, e durante todos os dias, grupos de nazistas e simpatizantes buscaram Eichmann, sem obter êxito.

Finalmente, Adolf Eichmann é levado para Jerusalém, Israel, onde, por quatro meses, ocorreu seu julgamento, este que foi acusado de inúmeros crimes. Nesse sentido afirma ARENDT (2013):

(1) Provocar o assassinato de milhões de judeus; (2) Levar milhões de judeus a condições que poderiam levar à destruição física; (3) Por causar sérios danos físicos e mentais aos judeus; (4) Determinar que fossem proibidos os nascimentos e interrompidas as gestações de mulheres judias no campo de concentração Theresienstadt; (5) “Resumia os itens 1 e 2”, como: propiciar condições que visavam a morte de milhões de judeus por meio da fome, deportação, trabalhos forçados, condições sub-humanas, destruição física e psicológica, cárcere...; (6) Por perseguir judeus com base em motivos raciais, religiosos e políticos; (7) Pilhagem de propriedade: confiscar bens de judeus através de medidas que envolviam a extorsão, o roubo e a violência; (8) Era responsável por crimes de guerra; (9) Pela expulsão de centenas de milhares de poloneses de suas casas; (10) Responsável pela deportação de 1400 eslovenos da Iugoslávia; (11) Era responsável pela deportação de milhares e milhares de ciganos para o campo de concentração Auschwitz; (12) Era responsável pela deportação e morte de 93 crianças da aldeia de Lidice, uma aldeia tcheca. Os três últimos itens o acusavam de pertencer a três organizações consideradas criminosas pelo Tribunal de Nuremberg: SD, Gestapo e SS. (ARENDT, 2013, p. 266-269).

Por fim, abrindo-se precedente único na história do Estado de Israel, o nazista é condenado à morte por enforcamento, em virtude dos crimes por ele cometidos durante a Segunda Guerra Mundial contra o povo judeu.

O julgamento de Eichmann, mundialmente televisionado, contou com o depoimento de mais de 112 (cento e doze) testemunhas, sobreviventes dos campos de concentração, cujos trens que transportavam as cargas humanas tiveram as diligências assinadas por ele, o que retomou o foco histórico e trouxe a conhecimento notório e mundial os horrores vividos pelo povo judeu durante a guerra.

Enquanto outros nazistas criminosos de guerra foram julgados em cortes alemãs, os Israelenses queriam eles próprios realizar o julgamento de Adolf Eichmann, o que foi visto como uma decisão contraditória na época, havendo grande oposição Argentina devido ao método utilizado para levar o nazista até Israel.

---

³ Este fato histórico foi representado cinematograficamente em “Operação Final” (2018). OPERAÇÃO FINAL. Chris Weitz. Netflix. 2018. (123 min).

⁴ ISRAEL COM ALINE. Como o serviço secreto de Israel capturou a Eichmann ? E o seu julgamento em Jerusalém! 31 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Dn4Wz_jpNg. Acesso em: 18 set. 2021.

6 O TRIBUNAL DE NUREMBERG E SUA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O julgamento do Tribunal Internacional de Nuremberg marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo este de extrema relevância para o Direito Internacional em diversos sentidos. O julgamento proporcionou que, em âmbito mundial, houvesse como exemplo as consequências decorrentes de crimes incitados por guerras, tornando este verdadeiro precedente no que tange ao Direito Penal Internacional.

Em razão das catástrofes assistidas pela humanidade por práticas dos nazistas, passava a ser necessário a criação de uma organização internacional que conjugava as nações no sentido de cooperarem entre si, com o objetivo precípua de manter a paz e a segurança mundial. Neste intuito, surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, com a assinatura e ratificação da Carta das Nações Unidas por representantes de cerca de 50 (cinquenta) países, no intuito de zelar pela paz e pelos Direitos Humanos.

A criação da ONU originou um mecanismo internacional capaz de garantir que seus membros resolvessem pacificamente controvérsias, de modo que não acarretassem o enfrentamento a novas guerras mundiais. Nesse quesito, a Carta da ONU estabelece expressamente, em seu artigo 2º, alínea 3, que “todos os membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais” (SÃO FRANCISCO, 1945).

Alguns anos após seu surgimento, a ONU, em 1948, através de sua Assembleia Geral, elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trazia normas comuns a serem observadas por todas as nações. Inquestionavelmente, o referido texto reuniu diversos direitos humanos e outros mecanismos que proporcionaram o avanço destes no plano mundial. De acordo com o entendimento de NETO (2017):

Embora sujeito a várias críticas pertinentes, deve ser considerado que o Tribunal de Nuremberg serviu de inspiração para a criação do Tribunal Penal Internacional, pois reconheceu a existência de um bem jurídico e universal, cosmopolita, que perpassa fronteiras físicas e jurídicas, qual seja, os Direitos Humanos. Porém, nos dias atuais, o modelo de tribunal e a forma de julgamento verificados no Tribunal de Nuremberg não serão aceitos pelas nações democráticas, mesmo que se alegue combate à violação de Direitos Humanos, devido aos novos conceitos de soberania, que trouxeram relativização ao conceito clássico, e à existência de estrutura judicial internacional permanente. (NETO, 2017).

Não obstante, a ONU ainda reúne a discussão e tomada de medidas em relação à diversos temas mundiais, como o desenvolvimento sustentável, a promoção e defesa do meio ambiente, as mudanças climáticas, a igualdade de gênero, o terrorismo, fomentando, acima de tudo, a promoção da vida humana digna em qualquer parte do mundo.

Dessa forma, percebe-se a contribuição inafastável do Tribunal de Nuremberg e seu julgamento no sentido de se tornar necessário a criação de uma organização mundial capaz de dirimir conflitos entre nações e de promover, de forma efetiva, os Direitos Humanos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, com a análise acerca da história, criação e modo que foi composto, bem como sua relevância no contexto internacional advindo com a Segunda Guerra Mundial, tem-se que o Tribunal de Nuremberg impulsionou o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos. Assim, servindo como base para a criação de leis militares e internacionais válidas

até hoje, inspirou a Convenção de Genebra e contribuiu para a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948.

Logo, tem-se que os ideais para a formação do Tribunal Penal Internacional (TPI) teve sua inspiração, no Tribunal de Nuremberg, pois apesar das críticas, foi o primeiro Tribunal a levantar a necessidade da preservação dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o Tribunal supramencionado passa a vigorar a partir de julho de 2002, este, que possui competência para julgar os crimes de genocídio, crimes de guerra, crimes de agressão e crimes contra a humanidade.

Salienta-se que este Tribunal Penal Internacional, chamado também de Corte de Haia, tem por função julgar os crimes que ofendem mais gravemente o Direito Internacional Público, com foco nos Direitos Humanos. Diferentemente do Tribunal de Nuremberg, que o inspirou, neste caso, as barreiras territoriais inexistem e não possuem foco em nenhum conflito específico, como foi o caso dos nazistas explicitado no presente estudo.

Por fim, o que fica de lição do Tribunal de Nuremberg é sua inspiração positiva para o Direito Internacional Público e nas demandas humanitárias, unindo nações a favor de um objetivo comum, qual seja, evitar violações aos direitos humanos, sem jurisdição restrita, com a apreciação de crimes cometidos por indivíduos particulares, e passível de ser usado quando necessário, a proteção da humanidade permanece.

REFERÊNCIAS

A LISTA DE SCHINDLER. Steven Spielberg. **Universal Pictures**. 31 de dezembro de 1993. (195 min)

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BAZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. **A justiça penal internacional: sua evolução, seu futuro: De Nuremberg a Haia**. 1ª edição. Barueri. Editora Manole. São Paulo. 2004.

BACHVAROVA, Elitza. O Tribunal de Nuremberg: Aspectos Históricos da Responsabilização Política no fim de guerras. **Em tempo de histórias**. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/35054093/O_Tribunal_de_Nuremberg_Aspectos_Hist%C3%B3ricos_da_Responsabiliza%C3%A7%C3%A3o_Pol%C3%ADtica_no_fim_de_guerras_1 . Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 23 set. 2021.

COSTA JÚNIOR, Dijosete Veríssimo da. Tribunal de Nuremberg. **Jus Navigandi**. 02/1999. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/1639/tribunal-de-nuremberg>. Acesso em: 18 set. 2021.

ISRAEL COM ALINE. **Como o serviço secreto de Israel capturou a Eichmann? E o seu julgamento em Jerusalém!** 31 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Dn4Wz_jJpNg. Acesso em: 18 set. 2021.

JOJO RABBIT. Taika Waititi. **20th Century Studios**, 06 de fevereiro de 2020 (108 min)

O CÓDIGO DE NUREMBERG. 1947. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/files/CODIGO%20DE%20NEURENBERG.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021

O DIÁRIO DE ANNE FRANK. Hans Steinbichler. 2016. (128 min)

O MENINO DO PIJAMA LISTRADO. Mark Herman. BBC Films. 2008. (94 min).

O JULGAMENTO DE NUREMBERG. Yves Simoneau. Warner. 2000. (180 min)

OPERAÇÃO FINAL. Chris Weitz. Netflix. 2018. (123 min)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 13ª edição, rev. e atual. Editora Saraiva. São Paulo. 2012.

TASSIO DENKER. **Tribunal de Nuremberg.** 13 de Junho de 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=fHu725yO9xQ>. Acesso em: 20 set. 2021

United States Holocaust Memorial Museum. **Nuremberg Trial Verdicts.** Disponível em: <https://www.ushmm.org/learn/timeline-of-events/after-1945/verdicts-international-military-tribunal>. Acesso em: 24 set. 2021.

United States Holocaust Memorial Museum. **Adolf Eichmann Found Guilty.** Disponível em: <https://www.ushmm.org/learn/timeline-of-events/after-1945/adolf-eichmann-found-guilty>. Acesso em: 24 set. 2021.

United States Holocaust Memorial Museum. **Post War Trials.** 26 out. 2020. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/war-crimes-trials>. Acesso: 20. set. 2021

United States Holocaust Memorial Museum. **Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. Enciclopédia do Holocausto.** 26 out. 2020. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/international-military-tribunal-at-nuremberg>. Acesso em: 24 set. 2021.

WEIRD HISTORY. **The Story Behind the Hunt for Adolf Eichmann.** 02 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TfItmHvjpX4>. Acesso em: 18 set. 2021.

WELZEL, Hans. **Derecho Penal Aleman.** 12ª ed., 3ª ed. castelhana, trad. Juan Bastos Ramírez y Sergio Yáñez Pérez, Santiago do Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1987, p. 35; ROXIN, pp. 137-141; FRANCO, Alberto Silva. "Crimes Hediondos", 4ª ed., São Paulo: Ed. RT, 2000, p. 51.